



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 46/XI/1ª

19.Maio.2010 – 09h00

Aos 19 dias do mês de Maio de 2010, pelas 09h00, reuniu no Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

Ponto único: Audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, no âmbito da apreciação da Petição nº 51/XI/1 – Suspensão do regime de prescrições no ensino superior

Em representação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), esteve presente o respectivo Presidente, Reitor António Rendas.

O Presidente do CRUP referiu que mais importante do que as prescrições é o insucesso escolar e que a prescrição tem sido vista como uma punição, quando não é isso que se pretende.

Salientou ainda que tem havido um esforço das instituições para clarificarem os currículos e unificarem o regime de prescrições nos respectivos regulamentos, estando os regimes muito publicitados. Informou também que pediu a compilação do regime de prescrições das várias universidades, disponibilizando-se para o enviar à AR.

Interveio depois o deputado Manuel Mota (PS) que referiu a grande disparidade de regimes de prescrição, perguntando se a sua uniformização seria benéfica e se belisca a autonomia das universidades e salientou que o dado de referência para o financiamento é o nº de alunos.

O deputado José Ferreira Gomes (PSD) questionou qual é a função das prescrições actualmente, equacionando se visam penalizar a repetência excessiva ou atenuar o efeito negativo da manutenção do estudante no sistema.

E continuou referindo que no modelo de ensino pós-Bolonha já não há cursos rígidos, sendo o percurso desenhado pelo estudante, pelo que deve equacionar-se se há razões para manter o regime de prescrições. Por outro lado referiu que os efeitos práticos são a suspensão da inscrição por um ano, questionando se o Estado tem meios de controlar isso ou se é apenas uma maneira de desincentivar a continuação do curso e se isso é desejado e benéfico para as instituições de ensino.

Por outro lado referiu que os peticionários falaram na existência de milhares de estudantes em situação de prescrição nas maiores universidades e perguntou ao Presidente do CRUP se tem essa noção e números.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Por último perguntou se a atracção de mais estudantes para a universidade, que consta no acordo celebrado com o Governo, se reporta a estudantes jovens ou doutras áreas.

A deputada Antonieta Guerreiro (PSD) referiu-se à necessidade de reequacionar o regime das prescrições.

O Presidente do CRUP, em resposta, referiu que não deve haver um regime uniforme, nacional, de prescrições, devendo ser as universidades a tratar do assunto, no âmbito do acompanhamento do estudante, salientando que é no regime de financiamento das instituições que estão previstas as prescrições e não é útil neste momento individualizar este regime.

Mencionou também que não é razoável, por exemplo, que um aluno esteja no último ano de Medicina e tenha uma disciplina em falta do 1º ano. Por outro lado entende que tem havido o cuidado de não aplicar o regime de prescrições em relação a alunos que não estudam por razões económico-financeiras.

E continuou referindo que o regime de Bolonha exige o acompanhamento do estudante, no sentido de combater o insucesso escolar e tem havido essa preocupação.

O contrato de confiança celebrado com o Governo visa abranger jovens e activos, pessoas que estão a trabalhar e não tiveram possibilidade de obter anteriormente graus académicos.

O deputado José Soeiro (BE) questionou como se faz o acompanhamento dos alunos em situação de dificuldade económica.

O Presidente do CRUP referiu que globalmente os alunos que alegam dificuldades económicas já estão no sistema há 5 ou 6 anos, não sendo uma situação recente. Defendeu ainda que as instituições têm de ter autonomia para manter no sistema os alunos que estão em situação de prescrição por razões económicas.

O deputado José Ferreira Gomes (PSD) perguntou se as instituições podiam ter um órgão que possa comparar os casos de prescrição e decidir com base na equidade e análise social, no que foi acompanhado pela deputada Antonieta Guerreiro (PSD).

O Presidente do CRUP salientou que já existe o Provedor do Estudante, que poderá desempenhar esse papel, sem necessidade de criação de um novo órgão.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Palácio de São Bento, 19 de Maio de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte

A acta foi aprovada na reunião da Comissão de 25 de Maio de 2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Luiz Fagundes Duarte
José Ferreira Gomes
Antonieta Guerreiro
José Soeiro
Manuel Mota